

# «Desmobilização das forças começa a 1 de Março» — Aldo Ajello

Séc Jb

21/2/94

p. 14

A desmobilização das tropas do Governo e da Renamo em Moçambique deverá começar a 1 de Março próximo, assegurou o representante da ONU em Moçambique — Aldo Ajello.

A data, ainda apenas «indicativa», foi fixada numa recente reunião no órgão máximo do processo de paz, a Comissão de Supervisão e Controlo (CSC).

Na sessão, a Renamo, representada por José de Castro, aceitou retirar-se de Salamanga, uma localidade a sul de Maputo, onde pretendia acantonar os seus homens, cedendo a uma exigência do Governo.

O conflito vem desde Julho do ano passado, altura em que o Executivo denunciou a ocupação desta região depois de cessar-fogo.

Investigações efectuadas pela Comissão de Cessar-Fogo corroboraram a acusação do Governo, mas a Renamo não só não se retirou como escolheu depois aquele ponto como área de acantonamento e este mês começou a movimentar tropas em sua direcção.

No entanto, Salamanga nunca foi aprovada como área de acantonamento, para o que seria necessário assentimento do Governo, que se mostrou intransigente nessa questão.

Segundo Ajello, a Renamo aceitou mover as suas tropas para um de dois pontos alternativos não divulgados, seleccionados pela CCF, desbloqueando a aber-

tura das últimas áreas de acantonamento do movimento.

Na recente reunião da CSC, foram ratificados os dois comandantes superiores do novo Exército Unico, Lagos Lidimo pelo Governo — promovido pelo presidente Joaquim Chissano de brigadeiro a tenente-general — e Mateus Ngonhamo, tenente-general indicado pela Renamo.

A CSC aprovou igualmente os critérios de selecção e as normas de formação das Forças Especiais, que serão criadas pela assessoria militar portuguesa em Nacala (provincia nortenha de Nampula).

O representante da ONU indicou que quando a desmobilização se iniciar, a 1 de Março, se tentará recuperar os prazos previstos pelo calendário do processo de paz.

O calendário, aprovado em Outubro passado, previa que o acantonamento terminasse em 31 de Dezembro e que cinco por cento dos efectivos estivesse desmobilizado em Janeiro, 25 por cento em Fevereiro, 50 por cento em Março, 75 por cento em Abril e 100 por cento em Maio.

«No calendário, o fim da desmobilização estava marcado para o fim do mês de Maio, mas se for no fim

de Junho não vai fazer diferença para a data das eleições», em Outubro próximo, considera Ajello.

O representante da ONU indicou que vai ser feito o «máximo» para acelerar a desmobilização mas, segundo ele, isso dependerá da entrega das listas de desmobilização mas, segundo ele, isso dependerá da entrega das listas de desmobilizados — entrega essa que a Renamo ainda não fez — e da capacidade do Ministério das Finanças processar os subsídios de reintegração aos militares.

O representante do Governo, o ministro dos Transportes Armando Guebuza, disse que a principal preocupação do Executivo

quanto ao início do acantonamento é de que haja «garantias de que as pessoas são, na medida do possível, devidamente enquadradas».

Segundo Guebuza, antes do começo da desmobilização, a Comissão de Reintegração (Core), prevista pelo Acordo de Paz, «deve reunir-se para estudar os problemas de reintegração».

O ministro indicou que a Core tem um plano de «enquadramento dos desmobilizados» na sua passagem à vida civil que, além da indemnização num total de 24 meses de salários, prevê acções de formação em «pequenos misteres».